

ANÁLISE DAS PRESCRIÇÕES DE PSICOFÁRMACOS DISPENSADOS EM UMA FARMÁCIA MUNICIPAL DE MINAS GERAIS

VAZ, Andressa Torres¹; SOUSA, Luzia Paulina Ceccato de², CAIXETA, Hélien Carla Vieira³, FELÍCIO, Nilton⁴

¹ Graduanda do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Patos de Minas (andressatorresvaz@hotmail.com)

² Farmacêutica, graduada pelo Centro Universitário de Patos de Minas.

³ Professora, Mestre da Faculdade de Ciências da Saúde do Centro Universitário de Patos de Minas (helen@unipam.edu.br)

⁴ Farmacêutico, graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução: O uso excessivo de psicotrópicos tem sido motivo para a criação de diversas ações controladoras do consumo destas substâncias, dentre elas está o controle durante a aquisição dos mesmos, feito através da Portaria 344/1998 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Objetivo: O objetivo deste trabalho foi avaliar o preenchimento das notificações e prescrições de psicofármacos dispensados em uma Farmácia Municipal de Minas Gerais, de acordo com a legislação vigente.

Materiais e Métodos: O período da análise foi de junho a setembro de 2008, sendo avaliadas 100 receitas: da primeira semana do mês de setembro de 2008, da segunda semana do mês de agosto, da terceira semana do mês de julho e da quarta semana do mês de junho, visando obter dados mais precisos e condizentes com a realidade do estabelecimento. Desta forma, para obtenção dos dados foi avaliado um total de 400 receitas. Os critérios verificados nas prescrições foram: legibilidade dos dados preenchidos de forma manuscrita; identificação do emitente, formulário do médico ou da instituição constando nome, endereço, CRM; identificação do usuário: nome e endereço completos; nome do medicamento ou da substância, de acordo com a DCB; data de emissão; se a dispensação estava dentro do prazo previsto por lei (30 dias); e especialidade do prescritor.

Resultados e Discussão: Dentre as prescrições analisadas 21 (5%) foram classificadas como ilegíveis, portanto os dados coletados foram baseados em 379 (95%). Das 379 receitas foi observado que 100% estavam com pelo menos um item em desacordo com a Portaria 344/1998. Quanto ao tipo de receita e o número das notificações: 112 (30%) eram notificações; 258 (67%) era receituário de controle especial; 9 (2,4%) eram receituário comum e todas as notificações (100%) apresentavam o número de identificação, com relação à identificação do emitente. Das prescrições avaliadas 95% (359) foram feitas em formulários da instituição - Prefeitura Municipal - e 5% (20) foram feitas em formulário de médicos particulares. O nome do paciente estava constando em todas as prescrições, porém o endereço esteve ausente em 100% destas. Das classes dos medicamentos os mais dispensados estão os antidepressivos 42% e os ansiolíticos 23%. A data da prescrição esteve presente em 374 (99%) e ausente em 5 (1%), este mesmo percentual foi obtido no prazo da dispensação. Os resultados revelam que a grande maioria das prescrições foram emitidas por clínicos gerais 253 (67%), 105 (28%) por psiquiatras, 14 (4%) neurologistas e 7 (1%) outras especialidades.

Conclusão: Diante do exposto podemos observar que os resultados obtidos evidenciam o não cumprimento da legislação vigente. Desta forma é de suma importância que haja um maior rigor na adequação das prescrições aos parâmetros técnicos e legais.

Palavras-chave: Portaria 344/1998. Psicofármacos. Prescrição.